

38º Encontro Anual da Anpocs

Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2014

SPG 12 Organizações civis, mobilizações sociais e “violência urbana”: novas cartografias na ação coletiva

*Das margens do sistema socioeducativo: a gestão da
violência na perspectiva de um jovem “socioeducador”
na periferia de São Paulo*

Paulo Artur Malvasi

Resumo

Baseado em uma etnografia realizada nos anos de 2009, 2010 e 2011, este artigo discute a gestão da violência nas periferias de São Paulo no fim da primeira década do século XXI. Focaliza-se o trajeto de um jovem educador do *sistema socioeducativo*, morador de um bairro da periferia. Ao seguir o trajeto e destacar a narrativa do educador, o texto revela tensões, negociações e transações entre as diferentes vozes e posições que compõem o espectro político em que os jovens das periferias de São Paulo circulam.

Palavras-chave: violência – periferia – sistema socioeducativo – São Paulo – etnografia.

Autor: é mestre em Antropologia e doutor em Saúde Pública pela USP (Universidade de São Paulo). Atualmente é pesquisador do CEBRAP, onde estuda dinâmicas sociais contemporâneas das periferias de São Paulo.

Entre os anos de 2009 e 2011 realizei pesquisa etnográfica em dois bairros da periferia de São Paulo, Brasil, que resultou em minha tese de doutorado¹. A pesquisa de campo ocorreu em territórios nos quais minha trajetória se deu por múltiplas entradas, não estando na experiência do “pesquisador” o princípio da minha relação com os moradores das localidades por onde eu estive regularmente nos anos 2009, 2010 e 2011. No extremo leste da cidade de São Paulo, minha entrada se deu como especialista do *sistema socioeducativo*², professor de alguns técnicos e educadores de programas de atendimento em meio aberto – *Liberdade Assistida (LA)* e *Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)* – realizado com os adolescentes do bairro. Na pesquisa de campo, imergi no cotidiano de jovens moradores do bairro como um “profissional” ligado a “causas sociais” e, fundamentalmente, às questões concernentes à “juventude”. Jovens educadores que realizam acompanhamento *socioeducativo* marcaram, portanto, minha

¹ MALVASI, P.A. **Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

² No Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação promulgada em 1990, o ato infracional praticado por adolescentes deve receber a aplicação de *medidas socioeducativas*, pois os menores de dezoito anos são “penalmente inimputáveis” (ECA, artigo 104). As *medidas socioeducativas* são operadas por um *sistema* que inicia com a abordagem das polícias, envolve o Poder Judiciário que aplica as medidas, organizações estatais especializadas na medida de privação de liberdade e poderes públicos e instituições civis responsáveis pela execução das medidas em meio aberto. As *medidas socioeducativas* se dividem entre aquelas que são executadas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) e aquelas de privação de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional).

entrada na zona leste da capital paulista. Um deles tornou-se um dos principais interlocutores; ele será chamado Riso (nome fictício).

O contato com Riso surgiu de uma forma muito pouco usual. Um aluno, meu orientando em um curso de Mestrado³, procurou-me para dizer que um colega dele, também educador de um Programa de *Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*, queria escrever um livro sobre o “PCC”⁴. Meu aluno disse ainda que o rapaz gostaria de conhecer alguém que o pudesse ajudar, orientar sua redação de texto. A partir do encontro proporcionado por um aluno, de agosto de 2009 a julho de 2011, acompanhei Riso em seu território; eu tomava parte nas visitas aos bairros em que ele realizava *atendimento socioeducativo*, e também presenciava seu convívio com vizinhos e amigos de infância, alguns deles envolvidos no “mundo do crime”. Riso, então, mediou encontros com os seus irmãos, vizinhos e amigos que em algum momento de suas trajetórias participaram do tráfico de drogas; e me levou também ao convívio com alguns dos adolescentes que ele acompanhava na *medida socioeducativa* de Liberdade Assistida.

A perspectiva adotada neste artigo está na posição ocupada pelo pesquisador como profissional que atua no âmbito do *sistema socioeducativo* e em sua interação com um jovem morador de bairro da periferia de São Paulo. Um jovem que vive no “fio da navalha”: vizinho, parente e amigo de jovens que praticam atividades ilícitas; e, simultaneamente, profissional e militante na ONG mais importante da região em que vive, educador que realiza atendimento socioeducativo junto aos adolescentes, alguns moradores do seu bairro de origem. Ele se encontra na zona de contato entre o bairro e a política pública voltada para adolescentes autores de ato infracional. Como ensina Veena Das (2006), a pesquisa antropológica não identifica um padrão de escala independente da perspectiva. Portanto, no desenrolar do texto a perspectivação escolhida para discutir o contexto de expansão do *sistema socioeducativo* e a do *PCC* será a do pesquisador, interpretando por “sobre os ombros” (Geertz 1989) do jovem educador chamado Riso. Considero esta perspectivação dos jovens como um caminho privilegiado para a compreensão do *sistema socioeducativo*, desde sua *margem*.

³ Programa de Mestrado Profissional *Adolescente em Conflito com a Lei* – UNIBAN.

⁴ Primeiro Comando da Capital. Da perspectiva aqui adotada mais do que uma facção criminosa, a sigla se refere à concepção contemporânea do *crime* na perspectiva dos meus interlocutores. O PCC é referido como *o todo do crime*, e não como uma parte. O PCC surgiu como uma sigla com um poder capaz de abalizar as relações interpessoais, as comerciais e as comunitárias de pessoas envolvidas com atividades ilícitas como tráfico de drogas e roubo de carros.

Ao tomar uma política pública, como o *sistema socioeducativo*, desde suas margens, não retrato apenas dinâmicas territoriais específicas, nem segmentos populacionais considerados excluídos ou marginalizados. Procuo antes mapear sítios de práticas em que (certas) leis e outros mecanismos de poder e alteridade são acionados (Das e Poole 2008). Adotar as *margens* do Estado implica observar as ações governamentais como processos que tomam forma e fragilizam, modelam e são modelados, se fazem evidentes, se ocultam ou naturalizam, são vividos, corporificados, resistidos e simbolizados pelo conjunto social para a qual se destinam; explorar os territórios considerados vulneráveis é ingressar ali onde as “patologias do poder” e as “perversões da economia” (Epele 2010) produzem seus labirintos mais intrincados.

Capturado no *sistema socioeducativo* como especialista, construindo uma pesquisa objetiva ao mesmo tempo imbuído de posicionamento político frente à reprodução da violência social e política na sociedade brasileira contemporânea, procuro neste artigo apresentar ao leitor uma síntese dos principais pontos de minhas interpretações (parciais e incompletas) sobre as dinâmicas de gestão da violência em periferias de São Paulo. Se nas próximas páginas marco algum distanciamento, citando-me pouco, considere-o apenas como estratégia de demonstração pois, evidentemente, em cada linha a minha própria inserção se fará presente. Compartilho, assim, o posicionamento intelectual de complexificar o debate público sobre “crime” e “violência” no Brasil “pós-Lula” – ainda rudimentar e falsamente polarizado entre crime e sociedade, bandidos e trabalhadores, violência e paz, legal e ilegal, mal e bem, centro e periferia (listagem a se multiplicar).

O contexto da geração de Riso, nas periferias de São Paulo.

Os jovens que viveram a primeira década do século XXI em periferias da cidade de São Paulo experimentaram um processo de transformações aceleradas. Muitos bairros mudaram substancialmente sua paisagem. A vida de Riso exemplifica tais mudanças. O rapaz, que vive com quatro irmãos e dois sobrinhos (a mãe morreu há 15 anos, o pai mora com outra família e ele tem mais oito irmãos vivendo em diferentes casas), é o primeiro da família a cursar ensino superior (estudou Pedagogia) e a

trabalhar em uma ONG como educador social. Atua no programa de *medidas socioeducativas em meio aberto*, fazendo o acompanhamento técnico de adolescentes.

A instituição onde Riso trabalha é herdeira dos movimentos sociais dos anos 1970 na zona leste da cidade de São Paulo. No final dos anos 1980 diversos militantes, ligados historicamente às comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, resolveram formar uma organização para receberem recursos das agências de fomento internacional, bem como estabelecer parcerias com o poder público. A instituição realiza o acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto, sendo considerada referência no atendimento a adolescentes autores de ato infracional na região. A entidade administra, ainda, dois Centros de Educação Infantil, dois Centros de Apoio Psicossocial (CAPs, voltados para as questões do álcool e das drogas), um Programa de Atenção à Família e dois Centros para Crianças e Adolescentes. Trata-se, portanto, de uma instituição com vasta atuação por meio de parcerias público-privadas na gestão de políticas públicas sociais em sua área de atuação.

Riso é responsável pela gestão de medidas de *liberdade assistida*. Segundo o ECA, essa *medida* deve promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, esforçar-se no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho (ECA, Brasil 1990). O trabalho de Riso consiste em receber o adolescente encaminhado por meio de medida judicial e, segundo suas palavras, “a partir da escuta, tomar conhecimento das questões biopsicossociais que estão no entorno da prática do ato infracional”. Na prática, Riso busca fazer encaminhamentos necessários para auxiliar o jovem a ter acesso aos diversos serviços sociais de assistência, saúde, educação, cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, enquanto, simultaneamente, procura construir vínculos afetivos e simbólicos com o adolescente para “ajudá-lo a construir um projeto de vida”.

Segundo Riso, em seu bairro, parte significativa dos jovens da sua geração se envolveu ou permanece envolvido com o *crime*. Com efeito, nos anos 1980 e 1990 uma série de acontecimentos concorreu para a “expansão do mundo do crime” (Feltran 2011) e para a expansão das políticas e programas voltados para jovens que cometeram algum ato infracional.

Em 1992, ano do *massacre do Carandiru*⁵, Riso tinha 12 anos de idade. Ele passou parte da infância e da adolescência em uma época de elevado número de homicídios em seu bairro, o Jardim Brasil (nome fictício). Com efeito, os crimes violentos aumentaram na São Paulo dos anos 80 *pari passu* com uma crise econômica devastadora. A chamada “década perdida” foi marcada por inflação, desemprego e por recessão, levando amplos setores da população a uma situação de pobreza extrema no início dos anos 90. Nesse contexto, as categorias preconceituosas e a visão dicotômica entre “bem” e “mal” foram cada vez mais reservadas aos pobres e a seus locais de moradia, especialmente os bairros e as favelas situadas nas periferias da cidade de São Paulo (Caldeira 2000). Desde a década de 1980 as periferias de São Paulo são alvo de inúmeras violências institucionais.

Em 2006, quando Riso completara 26 anos de idade, a circulação de explicações e comentários sobre os ataques a agentes e a prédios públicos – simultâneos a uma megarrebelião em 74 presídios paulistas – formou a base de legitimação, como em 1992, do assassinato em larga escala acionado pela política de segurança; só que dessa vez, o “massacre” ocorreu nas ruas e incluiu pessoas que não sofriam processo judicial. O evento ficou conhecido como “ataques do PCC”⁶. A repressão aos “ataques do PCC” caracteriza, como no caso do “massacre do Carandiru”, uma situação de extrema violência do Estado, por meio das polícias. Com um total de 493 “suspeitos” mortos, a mensagem dada pelas “forças da ordem” foi a de que a “ousadia dos bandidos” foi controlada (Feltran 2011). Como veremos adiante, Riso acompanhou de perto a violência do período, tendo, inclusive, uma vítima em sua própria família.

⁵ Assassinato de cento e onze detentos pela polícia milita na Casa de Detenção de São Paulo que ficou popularizado como “massacre do Carandiru”. No dia 2 de outubro de 1992, a polícia militar entrou na casa de detenção como justificativa acalmar a rebelião, mas acabou por realizar uma verdadeira chacina no local. Sobreviventes afirmam que o número de mortos é superior ao divulgado e que a Polícia estava atirando em detentos que já haviam se rendido ou que estavam se escondendo em suas celas. O evento foi tema de uma das músicas mais conhecidas do Rap nacional (“Diário de um detento”, Racionais Mc’s), de um filme de grande repercussão baseado no livro do médico Drauzio Varella – “Carandiru”. O evento é também elencado como um dos fatores que disparou o processo de surgimento e fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC).

⁶ Difundido pela imprensa como uma onda de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), o evento ocorrido em maio de 2006 envolveu ataques contra prédios públicos e a policiais. O relatório *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*, maior estudo sobre o tema realizado desde então, aponta a corrupção policial contra membros do grupo o principal elemento disparador do evento. Em uma semana o número de assassinatos chegou a quatrocentos e noventa e três, sendo a maioria realizada pela polícia militar de São Paulo.

Entre 1996 e 2006, os homicídios na população juvenil – entre os 15 e 24 anos – passaram de 13.186 (treze mil, cento e oitenta e seis) para 17.312 (dezessete mil, trezentos e doze) representando um aumento de 31,3% (trinta e um vírgula três por cento) em uma década⁷. Esse crescimento foi bem superior ao experimentado pelos homicídios na população total, que foi de 20% (vinte por cento) nesse período. O homicídio tornou-se a primeira causa de óbito na população entre 14 e 29 anos na passagem da década de 1980 para a de 1990.

Em 2000 a população jovem brasileira (de 15 a 29 anos) chegou a 47 milhões. Foi o ponto máximo do movimento que ficou conhecido por estudos demográficos como a “onda jovem”. A “juventude” torna-se destaque nas políticas públicas no Brasil na década de 1990 e consolida políticas específicas para essa faixa etária nos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude. Aliado a “onda jovem” o aumento da mortalidade entre homens jovens em um contexto de mortalidade declinante chamou a atenção do estado para a juventude como um tema de destaque no campo das políticas públicas. A noção de juventude no campo das políticas públicas emerge, portanto, como um problema; até a assunção da noção de juventude, todo o campo das políticas públicas voltadas aos segmentos jovens se organizava em torno das políticas para “a infância e a adolescência”. O *sistema socioeducativo*, campo profissional no qual Riso trabalha, é oriundo do paradigma do Estatuto da Criança e da Adolescência (Brasil, ECA – Lei nº 8069/90) e impulsionado pelo crescente interesse em políticas voltadas para o controle da violência e da criminalidade entre os “jovens”.

A partir dos anos 90, nos processos desencadeados na gestão pública brasileira, a saúde, a assistência e a área da infância e adolescência se consolidaram como os setores estratégicos das políticas sociais; as três áreas são aquelas em que se luta para reverter as “vulnerabilidades”. Este é o discurso que, mediante a edição de portarias e de medidas governamentais, desenha as políticas sociais no Brasil contemporâneo. Elas delineiam os “grupos especiais da população”, entre eles os “adolescentes vulneráveis” – aqueles que estariam (uma suposição) mais propensos a “ceder” à criminalidade e à violência. O discurso corrente no *sistema socioeducativo* é o de que os “adolescentes em conflito com a lei” são duplamente “vulneráveis” – porque são adolescentes e porque vivem em contextos determinantes e condicionantes negativos para a inserção social. A utilização da noção de “vulnerabilidade” é defendida como uma estratégia para abrir

⁷ Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência. Ritle. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça do Brasil. 2008.

caminhos para a defesa e proteção de jovens pobres, rejeitados pela escola, sem oportunidades; ela, entretanto, pode levar à estigmatização e à criminalização, comprovando a verdade que previra – a adesão ao crime e a violência dos jovens mais “vulneráveis” – e municinando a repressão sobre eles.

A construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) representa na primeira década do século XXI uma alternativa no discurso institucional de transformação das práticas de atendimento na execução das *medidas socioeducativas*. Riso é um operador do *sistema*, atua na última fronteira da intervenção estatal, aquela realizada no próprio bairro em que o adolescente em conflito com a lei vive. O *sistema socioeducativo* tornou-se capilar nos anos 2000, espalhando-se pelos bairros de periferias de São Paulo; jovens moradores dos próprios bairros passaram a se relacionar também profissionalmente com as organizações e formaram um novo campo de atuação para jovens que cresceram nas periferias de São Paulo. Esse é o caso de Riso. Ele e outros “socioeducadores” desenvolvem atividades educativas e buscam torná-las interessantes e engajadas – procurando incessantemente estabelecer relações com serviços públicos de formação profissional, educação, assistência e saúde. Morador do bairro, e um educador de um sistema nacional de uma política pública, Riso participa de congressos, encontros, fóruns, discute com militantes de direitos humanos, políticos e intelectuais. Trata-se de um jovem conectado com a cidade global, participando de circuitos de trabalho e formação altamente sofisticados, embora continue a ser morador de um bairro popular, de uma “favela”. Experimenta como outros jovens moradores das periferias no início do século, diversos agenciamentos entre os tempos da vida e os tempos do trabalho (Telles 2006).

As periferias de São Paulo mudaram nos anos 2000. O crescimento econômico dos mercados locais, “virações” bem sucedidas, presença de serviços diversificados – públicos e privados –, o acesso a crédito e o poder de consumo crescente tornaram muitos bairros periféricos regiões com uma economia pungente. Considere-se que a ampliação da presença das ONGs e de diversos serviços públicos, que seguindo as diretrizes de descentralização, territorialização e participação popular definidas nas legislações de políticas públicas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluiu nos quadros das organizações e serviços os moradores dos bairros, numa perspectiva de valorização dos operadores “nativos” estimulada nessas políticas. Completa o quadro de mudanças na experiência dos jovens das periferias em que

realizei a pesquisa de campo, o surgimento do PCC como força local, sua política de “paz entre os ladrões” e seu novo ideal de igualdade (Biondi 2010). Todas essas mudanças ocorreram simultaneamente a uma queda expressiva dos homicídios em diversas destas localidades⁸.

A gestão da violência na periferia: a narrativa de um educador social.

No extremo leste da cidade de São Paulo, segundo meus interlocutores, a violência generalizada entre ladrões – incluindo assassinatos que passaram ao largo da instituição do “debate”⁹ como *procedimento do crime* – ocorreu apenas até o ano de 2002. O *modus operandi* que chegou com o “comando” (PCC) a partir de 2003 modificou toda a dinâmica criminal e, conseqüentemente, implicou mudanças na vida rotineira do bairro. O declínio da “violência sem limites” (expressão de Riso) proporcionou a diminuição de um ciclo de mágoas e desejos de vingança que, aos moradores, parecia não ter fim. Riso e seus irmãos contam que no bairro, de 1997 a 2002, existiu uma disputa sangrenta entre a gangue da Rua Brasil e a gangue da Rua Colômbia (nomes fictícios). Eles contam que, além das duas gangues, existiam outras que disputavam o território – mas que a rixa mais forte era entre estas duas. De tempos em tempos, um grupo tentava tomar o ponto de venda de drogas do outro; este processo se dava por meio de ataques-surpresa, de chacinas em que se eliminava parte significativa dos membros do grupo rival. Nesta época – conta Riso – era frequente o desrespeito generalizado na comunidade; ocorria até violência sexual contra as meninas, atitude sempre tida como indigna pelos próprios criminosos.

Riso relatou uma situação de alto risco que ele próprio sofrera aos quinze anos de idade. Em 1998, ele estava em uma quermesse quando chegou uma liderança da gangue da Rua Brasil, entregou uma sacola e pediu para que ele guardasse. Quando

⁸ Em 1997, na cidade de São Paulo, o número de homicídios era de 56,7 para cada cem mil habitantes; esse número chegou a seu ápice em 1999 com 69,1 por cem mil habitantes; a partir de 2003 (52,4) o número de homicídios despencou, chegando em 2009 a 15,2 – uma queda acima de 80% em dez anos.

⁹ Procedimento utilizado para mediar contendas entre membros do “mundo do crime” e, eventualmente, conflitos comunitários. O “debate” é um evento performativo no qual se põe à prova a ética do criminoso; no “debate” analisa-se o cumprimento das regras comuns de conduta do “mundo do crime” e na performance perante ela. Trata-se, em suma, de julgamentos extralegais e sumários operados por membros do PCC. O “debate” emula um tribunal legal, com testemunhas de acusação e defesa, “juízes” e “advogados”, tem sido utilizado de modo recorrente nas periferias de São Paulo (Feltran 2011). Uma das principais finalidades da instituição do “debate” é deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar (o que tem sido menos frequente) o homicídio.

Riso olhou dentro da bolsa, ela estava com armas. Conta que ficou em “pânico”, “tremia”, ficou do lado da bolsa em um quarto trancado; um quarto dividido com outros três irmãos. Depois de aproximadamente uma hora, os “bandidos” voltaram para pegar as armas e foram para a Rua Colômbia guerrear com os rivais. O resultado foi a morte de onze pessoas, entre elas uma menina de nove anos.

Segundo Riso, a partir daí os remanescentes daquele período precisariam ficar atentos se tivessem algum “pezinho”¹⁰. No bairro de Riso, durante o período em que realizei pesquisa de campo, não houve assassinato levado a cabo por “bandidos” contra “bandidos”. Segundo Riso, “para não falar que nunca mais teve, há uns dois anos atrás (em 2008) mataram um estuprador e ano passado saiu um cara da cadeia que era ‘pedido’”¹¹. Riso tem satisfação em dizer que seu bairro está pacificado; este é um dos principais temas de *seu blog*. Riso me procurou para eu ajudá-lo a escrever a história do PCC. As avaliações dele sobre a posição do “comando” no bairro são positivas: suas falas sobre o recuo da violência foram recorrentes – mais especificamente sobre a diminuição dos homicídios – e foram usadas para legitimar sua posição. A técnica do “debate” incorporou outros modos de gestão da violência no bairro e a queda dos homicídios foi, para o jovem, o resultado mais visível das mudanças trazidas pelo PCC.

Encontrei-me com Riso para fazer avaliação de nosso processo de pesquisa que tem como território a sua *quebrada*. Naquele dezembro de 2009 – já em pesquisa de campo há seis meses – eu havia passado quinze dias inteiros no bairro, realizado algumas entrevistas e conversado muito com Riso. Nesta conversa de final de ano, ele enunciou uma história surpreendente para mim. Conversávamos sobre o livro que ele pretende escrever. Ele dizia que estava “confuso”, não sabia exatamente sobre o quê escrever. “Vou contar uma coisa que nunca contei”, disse, em tom grave. A expressão de seu rosto me inspirou atenção e acuidade: tratava-se de algo significativo. Contou que em 2006 ele decidiu escrever um trabalho sobre a relação entre a “comunidade” e a polícia. A ideia era mostrar uma “relação possível” entre a polícia e a *quebrada*; para Riso uma relação difícil de imaginar, mas que ele gostaria que acontecesse para a “paz” e o “fim do sofrimento”. Mas em junho de 2006 “mataram meu sobrinho assassinado... foi quando eu deixei de lado essa questão... tinham dois fatores que me desestimularam bastante: eu já trabalhava com adolescente em conflito com a lei, e com a morte do meu

¹⁰ *Pezinho* significa ter alguma dívida, seja financeira, política ou moral.

¹¹ *Pedido* significa “jurado de morte”.

sobrinho eu fiquei... eu me senti impotente; eu trabalhava com tantos garotos e não consegui evitar que acontecesse na minha própria família”. A outra é que, segundo a versão do jovem educador e de sua família, o garoto foi assassinado pela polícia.

O assassinato do sobrinho de Riso ocorreu apenas um mês após os “ataques do PCC”. Ele assim descreveu os acontecimentos do dia da morte:

“Ele já tinha *envolvimento* (com o *crime*), cumpria L.A. (medida socioeducativa de liberdade assistida) e foi algo muito sinistro... minha família é toda muito religiosa, evangélica... eu não sou, mas se tiver que seguir alguma religião, serei evangélico. Isso foi em uma quinta-feira, minha cunhada falou para meu sobrinho: “sonhei com você esta noite, sonhei que tinha saído de casa pela manhã e não tinha voltado”. Ela falou isso para ele às 6h da manhã, antes dela ir ao trabalho. Ela insistiu e disse “não apronta nada, filho”. Meu sobrinho arrumou sua casa e às 11h ele foi para a minha casa, falar com meu irmão. Falou assim: tio, vende o carro pra mim, o som, porque eu, a partir de hoje, não vou fazer mais nada de errado” Meu irmão também atuava no mundo do crime e poderia ajudá-lo a vender os bens no mercado de carros daqui. Mais tarde ele foi aprontar... ele tinha acabado de falar que não ia, mas foi. Encontrou dois, três parceiros e foram roubar... foram em três, dois morreram e um voltou... O que voltou contou a história. Eles pararam no semáforo, aí uma viatura da polícia pareceu atrás deles... eles falaram que o carro era roubado. Aí a polícia levou os dois para o Parque do Carmo e executaram os dois. Um vizinho falou que viu os meninos sendo abordados lá no Aricanduva... os policiais levaram para o meio do mato no Parque... Aí a gente foi, a família toda, minha cunhada, meu irmão, eu meu outro irmão, fomos para os hospitais, passamos por dois hospitais e nada. Descobrimos que eles estavam no hospital São Mateus, aí fomos pra lá (...) Ele morreu aos 16... eu não gosto de contar essa história porque ela mexe com meu íntimo... por que eu convivi mais com meu sobrinho do que com meus irmãos, nós brincávamos juntos. Era uma questão pessoal e de *status* profissional... eu que, assim, trabalho com

L.A., ajudo a prevenir os outros e um membro da minha família passou...” (diário de campo, 22 de dezembro de 2009).

Estabeleci então um nexó entre o ocorrido e a vontade despertada em Riso de escrever. Ao perguntar-lhe, porém, sua resposta foi menos afirmativa e linear do que o meu pensamento:

“Desde muito cedo eu tive vontade de escrever.... a vontade de escrever... por mais que a vida na periferia seja ruim ela é muito rica.... o mundo tem que saber... igual diz aquela música... ela tem suas leis.... o Estado fecha os olhos...”

A fala de Riso passava da experiência familiar para a profissional, permeando a relação com os jovens de sua geração envolvidos com o *crime*. Um deles era seu sobrinho. Perguntei, então, sobre o que aconteceu após a morte de seu sobrinho.

“Minha cunhada ficou bastante abalada... ela mesma falou para o Wellington (irmão gêmeo do rapaz assassinado) se for para dar trabalho, para viver assim no crime, que é melhor a vida levar embora, como levou seu irmão... Eu fiquei revoltado com a minha cunhada, mas sabe aquela questão... eles prometem largar o crime por causa da mãe... ‘eu vou parar de fazer minha mãe sofrer’” .

Curioso, insisti na pergunta sobre os desdobramentos, se tinham procurado algum advogado, alguma organização de defesa de direitos, alguma instância pública para denunciar o assassinato.

“Não teve sequência, cada um continuou a sua vida...”

Neste momento da pesquisa de campo, eu acompanhava um drama em que Riso atuava como educador do *sistema socioeducativo*. Era uma história relacionada à sua experiência de trabalho. Ele estava mediando uma situação tensa, uma questão de “vida e morte”, com jovens que haviam passado por *medidas socioeducativas* com ele e agora eram “de maior”. Riso manteve contato com esses adolescentes e se envolveu em uma trama de relações – amizade, traição e a “lei do crime”.

“olha o que houve.... quatro jovens foram roubar em Guarulhos, e tem uma categoria de roubo – que não pega nem o carro na rua, nem aborda uma pessoa – que é abrir a garagem e pegar o carro¹². Após o furto, enquanto se retiravam do local com o carro, o alarme disparou. Os moleques ficaram desesperados, tentavam desligar o alarme quando apareceu uma viatura, e sem dar voz de prisão, iniciou vários disparos contra os “moleque”. Somente um foi pego pela policia, os outros dispersaram... O “avião” (veículo usado para o roubo) ficou sozinho na rua. Eles ligaram para a comunidade dizendo o ocorrido e contaram que estavam escondidos no mato... e que não sabiam o que tinha acontecido com o Rogério, mas achavam que ele tinha sido preso... nessa hora mesmo o Rogério ligou falando que estava no carro (o “avião”) e que eles poderiam ir até lá para voltarem para casa. Encaminharam-se, então, ao local onde estava o veículo usado para cometer o ato ilícito. Por segurança, apenas um (Jefferson) foi até o carro... Quando chegou teve uma surpresa haviam policiais escondidos dentro do carro... Foi um arrastão (um levou o outro para a cadeia), *ta* ligado?... os policiais o abordaram e lhe quebram na pancada. O Jefferson falou que apanhou da meia noite até as sete da manhã, com pedaços de madeiras, socos e spray de pimenta. Ele desmaiou e acordou no hospital, sob cadeiras de rodas e tomando

¹² Caracteriza-se como “furto” pois o “produto” é retirado de dentro da garagem; o uso desta modalidade de assalto é considerada interessante porque minimiza o risco do assalto, o risco de haver homicídio... é crime que implica pena substancialmente menor. Além de não colocar a vida dos “furtadores” em risco.

soro, ficando dois dias sem andar, sem alimentação e sem água. Os força (polícia) torturaram ele para entregar os outros dois integrantes do roubo. Aí mano, eles dois ficaram na mesma cela na cadeia. Foi treta: o Jefferson acusou Rogério de caguetagem”.

Após a liberação, Rogério procurou Riso para contar o que havia ocorrido e disse que quando ligou os policiais não estavam com ele. A partir de então, Riso passou a mediar a contenda entre Rogério e Jefferson. Primeiro foi conversar com o Jefferson. Ele estava revoltado e queria vingança. Riso disse que ouviu os dois, mas que chegou em um ponto em que ele não conseguia mais mediar. Riso decidiu, então, conversar com Alemão; pediu para o amigo conversar com os rapazes e evitar que o “pior” acontecesse. Alemão foi incisivo com Jefferson: “se você matar o Rogério, você vira réu em um ‘debate’”. O que Jefferson poderia fazer era pedir, ele, um “debate” para argumentar sua posição e pedir justiça.

Riso relatou a sequência da contenda em um diário de campo que ele próprio começou a escrever:

“Segundo a ‘lei do crime’, o Rogério deveria ser interditado de cometer qualquer tipo de ato ilícito ou até mesmo ter sido assassinado. Para isso acontecer, o principal prejudicado, Jefferson, deveria acionar os ‘irmãos’ da quebrada. Alemão conversou com Jefferson. Disse que mais uma morte ou violência não ia resolver, mas que o certo, é que Rogério tomasse uma lição para não dar mais milho. Alemão argumentou que matar o Rogério ia puxar toda uma rede de vingança. Jefferson decidiu não ‘puxar o bonde’ (comunicar os irmãos). Com isso, Rogério não foi assassinado nem sofreu uma surra, mas já não é considerado como antes e está proibido de seguir no corre com os ‘irmão’ da quebrada. Antes do fato, Rogério e Jefferson eram parceiros, roubavam, bebiam e curtiam baladas juntos. Atualmente não se falam, em virtude da caguetagem, que é

inadmissível no mundo do crime” (diário de campo de Riso, 15/01/2010).

Riso mudou o mote de sua pesquisa no transcorrer de 2010. Ele quer discutir “o PCC em seu bairro”. O educador social diz que o PCC perdeu o “foco”. Em suas palavras, ficou claro que virou só “negócio”, pois recentemente tornaram-se “irmãos” “bandidos que não tem uma caminhada certa”. Segundo ele, o PCC “está perdendo o controle”: quem paga a taxa, uma espécie de “franquia”, é aceito como “irmão” e basta isso, “está perdendo a ética”. Para ele há uma sobreposição de poderes entre diferentes “irmãos”. Quanto mais “irmãos”, maiores são as divergências e as possibilidades de conflito. Ele acha que se o PCC perder o controle a violência fatal volta, talvez não como antes, por que “muitas coisas mudaram na periferia”. Perguntei o que ele e outros jovens de sua geração e de seu território podem fazer para evitar os homicídios: Riso parou, pensou, balançou a cabeça e encolheu os ombros. Insisti com ele – e no seu trabalho como educador? “Eu falo assim *pros moleque*: vocês não concordam, querem fazer alguma coisa, então estudem – entrem para um partido, ganhem eleições – e abram as portas da cadeia”.

A narrativa de Riso sobre a desistência de escrever sobre as possibilidades não violentas da polícia se relacionar com jovens de periferia registra a incorporação do ceticismo com relação à atuação das “forças da ordem”. Segundo o rapaz, o assassinato de seu sobrinho e a impotência de não conseguir evitá-lo foram os fatores que o levaram à descrença na “paz” entre a polícia e os jovens envolvidos no *crime*. A eleição da proibição do homicídio pelo PCC como principal tema do livro almejado assim como sua intervenção no caso de Rogério e Jefferson revelam sua descrença nas forças de segurança. Isso não significa, porém, o abandono do trabalho cotidiano de participar de processos que diminuam a violência em seu bairro; entre eles a sua atuação profissional no *sistema socioeducativo*, que aciona recursos, estruturas e agentes governamentais e não-governamentais de diferentes áreas de políticas públicas.

A manifestação de Riso ao querer escrever sobre o PCC, com o decorrer da pesquisa, clarificou-se como um desejo de dar voz à sua “favela”, especialmente aos jovens de sua geração. Suas narrativas, no caso do sobrinho e no caso do “furto mal sucedido”, apontam para uma leitura de que a ação policial desrespeita os direitos e os

corpos dos jovens, que são assassinados e violentados sem direito à defesa. Riso se sente impotente para agir contra a violência policial, mas pode atuar junto aos adolescentes e jovens – com quem trabalha e convive. Ele parece transferir o sentimento de impotência com relação à morte do sobrinho para o trabalho cotidiano de relacionamento com os jovens que atende nas *medidas socioeducativas* de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Riso é próximo tanto de jovens que praticam atos ilícitos como das ONGs locais, vivendo em um universo de relações e de práticas em que estes dois campos não são necessariamente opostos ou excludentes. Ele, como outros jovens participantes desta pesquisa, não reproduzem uma visão dicotômica das relações sociais locais (“bandido” x “trabalhador”, “crime” x “comunidade”). Estes jovens da periferia navegam em uma dinâmica social complexa, fluida e porosa, e no anonimato do (não)espaço político que ocupam, eles se relacionam com “leis” diversas – a do estado, a do crime, a das ruas. O dilema destes jovens paulistas é viverem no “fio da navalha”: de um lado, eles estão expostos a situações-limite, de vida e morte, de privação de liberdade e tortura, pelo simples fato de parecerem com os “bandidos”; de outro, ao estarem próximos de jovens que praticam ilícitos, compartilham o “marco discursivo do crime” (Feltran 2011), não se opõem de maneira maniqueísta contra aqueles com os quais estão ligados por laços geracionais e comunitários.

Mediações de Riso em zonas de contato do *socioeducativo* e do *crime*.

Riso vive dilemas ao realizar *acompanhamento técnico* em *programas socioeducativos* junto a adolescentes moradores de seus bairros e, ao mesmo tempo, manter relações sociais com pessoas envolvidas com o *crime* a que ele, como operador do *sistema socioeducativo*, deveria – em tese – contrapor-se. Riso navega em uma situação ambígua, pois reconhece a diversidade da experiência dos jovens envolvidos no *crime* e defende a *vida* como um valor. Este valor se constitui no termo-chave de um *campo*¹³ profissional e político. Universidades, ONGs, órgãos públicos que executam

¹³ Em Bourdieu, a ação social explica-se em termos de uma interação socialmente estruturada. Os indivíduos agem orientados por disposições duráveis internalizadas que conformam e condicionam as possibilidades de apreensão do mundo – o *habitus*. A partir desta orientação, os indivíduos não são meros executores de normas ou reprodutores de estruturas. A ação social acontece em *campos* em que as posições dos sujeitos já estão objetivamente estruturadas, embora tais posições sejam o resultado de um jogo dinâmico que depende dos objetos de disputa de cada campo. Portanto, a noção de *campo* procura comportar a dinâmica das interações sociais e a estrutura das relações de poder.

políticas sociais operam em um *campo* de disputas onde a *vida* é o principal referente para quantificação do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH)¹⁴.

Há uma geração que nasceu e cresceu em um período (década de 1990) em que a violência fatal no estado de São Paulo (efetivada e simbolizada no *Massacre do Carandiru*) foi altíssima. Esta é a geração de Riso. A descrença no Estado e a desconfiança com relação a “lei do *crime*” não significam o abandono do trabalho cotidiano. Ele (e milhares de jovens) está no “fogo cruzado” da disputa pelo poder entre o *crime* e o Estado. Revela-se um cenário imprevisível de sofrimento e de possibilidades humanas nas jovens gerações das periferias paulistas. A defesa da vida compõe a gramática que torna possível a construção de pontes simbólicas e existenciais entre jovens que não querem ceder a um nem a outro dos lados do “muro” da “guerra particular” entre as forças de repressão e o chamado “crime-organizado”.

A mediação de conflito que Riso realizou é uma ação política. A militância de Riso, em certo sentido, originou-se dos assassinatos levados a cabo pela polícia após os “ataques do PCC” (2006), a partir do assassinato de seu sobrinho. Nos interstícios da etnografia que realizei em São Paulo vislumbram-se as conexões da vida cotidiana com um complexo cenário político. Ao lado da ação política os “jovens mediadores” realizam um exercício de compreensão. Como nos ensina Hannah Arendt (2002), “o resultado da compreensão é o significado que produzimos em nosso próprio processo de vida, à medida que tentamos nos reconciliar com o que fazemos e com o que sofremos” (Arendt 2002, p.40). Riso quer escrever sobre o PCC quando a sua marca está associada à diminuição dos assassinatos. A tensão gerada pela ação do Estado e pelo poder do *crime* é fonte de um intenso sofrimento na vida dos “bandidos”, mas também de seus amigos, vizinhos e parentes. A compreensão, o “outro lado da ação política”, mais do que nos dar a resposta para os nossos dilemas, permite-nos, no final das contas, “aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe”. (Arendt 2002, p.52).

Partir da idéia de *campo* de Bourdieu implica observar a existência de atores estruturados que estão competindo (Bourdieu 1983).

¹⁴ Este índice é utilizado pela Organização das Nações Unidas e pelos governos como um ranking em que são comparados estados e cidades. A melhoria no IDH de um município define subsídios e apoios de diferentes esferas governamentais, agências internacionais e empresas.

Riso relaciona-se com múltiplas teorias e práticas que envolvem o crime. Ele atua como educador e orientador de *medidas socioeducativas em meio aberto*; simultaneamente mantém o forte vínculo comunitário e geracional com os seus territórios e conviveres, inclusive relações de proximidade com jovens envolvidos com a criminalidade. Para um adolescente em cumprimento de *medida socioeducativa*, assim como para um educador como Riso, a relação afetiva e existencial com o bairro (comumente chamado pelos meus interlocutores de “*minha quebrada*”) é um aspecto central da construção do *self*. Muitos valores, expressões, estilos encontrados entre os jovens que sofrem tais medidas não se referem exclusivamente ao *crime*. Os jovens moradores da periferia que trabalham no *socioeducativo* inovam e revelam o jogo de forças no interior do próprio *sistema*.

Riso observa que o *crime* – identificado por ele como o Primeiro Comando da Capital (PCC) – tem um poder mais imediato de resolução de situações que podem levar ao homicídio. Entretanto, o próprio educador navega em uma ambivalência: no espaço de seis meses mudou sua percepção com relação ao PCC, não porque tenha se tornado um defensor da lógica de “guerra ao crime”, onipresente nos discursos das áreas de políticas públicas (saúde, segurança, educação, assistência) das quais ele é um operador na “ponta”, como orientador de *medidas socioeducativas*; mas antes porque ele observa que a “lei do crime” é incerta e perigosa e que os homicídios podem voltar a crescer.

As interpretações de Riso sobre a diminuição da violência fatal em seu bairro apontam para o fato de que a “pacificação” (a interdição do assassinato entre os “bandidos”) pode ser frágil e transitória. As escolhas no “mundo do crime” seguem, como em toda parte de nosso mundo, lógicas racionais quanto aos fins – se a palavra garante os fins almejados então ela é validada. Se não... A violência é uma ferramenta quando a palavra falha. Tal falha é possível. A violência se exacerba quando o poder de negociação, no interior do “mundo dos ladrões” e em sua relação com o público (mediado pelas polícias e sistema penitenciário), se enfraquece. Em 2006, o evento conhecido como “ataques do PCC” teve como saldo centenas de homicídios num curto espaço de tempo. No ano de 2012, um ciclo de vingança entre setores da polícia militar e grupos identificados com o PCC fez disparar novamente os homicídios em bairros de periferia da cidade de São Paulo e em outras regiões do Estado.

Nos interstícios da narrativa de Riso vislumbram-se as conexões da vida cotidiana com um complexo cenário político. A atuação de Riso implica um trabalho cotidiano de fortalecimento de processos que diminuem a violência em seu bairro. Uma atuação que elege a vida humana como ponto nevrálgico. Ele aciona recursos, estruturas e agentes governamentais e não-governamentais ao ser um ato do *socioeducativo*; mais ainda, ele extrapola suas atividade profissional, tecendo em suas relações cotidianas no bairro formas variadas de resistência à violência fatal, mantendo relações e o diálogo com amigos de infância e com vizinhos que estão no *crime*. Na trajetória de Riso, observam-se as margens do *sistema socioeducativo* e a interface desta política com o “mundo do crime”. Nesta interface, a vida se tornou um elemento central e, a sua gestão, uma questão de definir quais são os mecanismos e táticas de poder – capilares e intersticiais – que estão em interação.

Referências bibliográficas.

ARENDDT, H. Compreensão e Política. In: **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1993. p. 39-54.

BIONDI, K. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

DAS, V. **Life and Words: violence and descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2006.

DAS, V. e POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**: Buenos Aires: UBA nº 27, p. 19-52, 2008.

EPELE, M. **Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FELTRAN, G.S. **Fronteiras de tensão. Política e violências nas periferias de São Paulo**. São Paulo. Ed. UNESP. 2011..

FOUCAULT, M, **História da Sexualidade. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.2001.

_____, **Nascimento da biopolítica.** *Curso dado no Collège de France (1978-1979)* São Paulo: Martins Fontes 2008a.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar. 1989.

TELLES, V. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo Social.** São Paulo, v.1. n.18, 2006.